

FERNANDO DE AZEVEDO, PIONEIRO DA EDUCAÇÃO NOVA

Marta Maria Chagas de Carvalho*

RESUMO: O artigo propõe o redimensionamento do perfil de Fernando de Azevedo como Pioneiro da Educação Nova, deslocando algumas das representações sedimentadas como memória do chamado movimento de renovação educacional no Brasil. Para tanto, propõe situar a militância pedagógica de Azevedo, nos anos trinta, no campo demarcado pelo confronto entre seus aliados, – os educadores sediados na Associação Brasileira de Educação – e seus antagonistas – os católicos – congregados na Confederação Católica Brasileira de Educação.

UNITERMOS: Educação Nova; Escola Nova; memória e historiografia; ensino leigo; ensino religioso.

Em carta de 24 de dezembro de 1931, dirigida a Nóbrega da Cunha, Fernando de Azevedo elogia o desempenho do aliado na IV Conferência Nacional de Educação:

“Não quero concluir sem o felicitar novamente pelo seu discurso e pela sua petição que me transmitiu por telefone e que acabo de ler no *Diário de Notícias*. A habilidade e a destreza com que aproveitou os dois discursos inaugurais, do Chefe do Governo Provisório e do Ministro da Educação, não me surpreenderam mais do que a sua palavra persuasiva, de uma dialética irretorquível, que se desenvolvia tranquilamente, sem pressa de chegar ao desfecho... O rigor lógico com que articulou as diversas peças desses discursos; a firmeza dos termos em que colocou a questão, e a argumentação clara e contundente como uma lâmina, – e tudo isto sem aparato e sem ênfase – dão ao discurso e ao requerimento uma força, autoridade e eficácia que não admira terem deixado inteiramente desarmada a maioria da assembléia que você acabou forçando a reconhecer-se incapaz de traçar uma nova política educacional”¹.

A proeza de Nóbrega da Cunha, que levou a IV Conferência a considerar-se incapaz de fixar uma “nova política educacional” para o Governo Provisório, é que

* Professora da Faculdade de Educação/ USP.

1. CUNHA, Nóbrega da. *A Revolução e a Educação*. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do *Diário de Notícias*, 1932. p. 5.

abre espaço político para o lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*².

Promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), a IV Conferência realiza-se em dezembro de 1931. A ABE havia sido fundada no Rio de Janeiro, em 1924, por um pequeno grupo de intelectuais convencidos de que na educação residia a solução dos problemas nacionais. Ela havia sido projetada como “órgão legítimo de opinião das classes cultas”, destinado a “colaborar em perfeita harmonia com os governos” em questões de educação. A organização de Conferências Nacionais, nos anos de 1927, 1928 e 1929, expande a entidade, que passa a aglutinar intelectuais, professores e administradores do ensino de todo o país, numa grande campanha cívica pela “causa educacional”. Mas foi somente em 1931, por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação, que a ABE alcançou a projeção política almejada, com o pedido, então formulado por Vargas e Francisco Campos, de que a Conferência fornecesse a “fórmula feliz”, o “conceito de educação”, que embasasse a política educacional do Governo Provisório. Tal pedido encontrava, entretanto, a ABE dividida.

Tudo indica que os organizadores da IV Conferência, sintonizados com o Ministério da Educação, contavam referendar, na sua assembléia de encerramento, uma política educacional que perpetuava a dualidade do sistema escolar e lhe imprimia orientação religiosa. Controlada, desde 1929, por um grupo católico, a ABE organizara a Conferência de modo a encaminhar as deliberações tomadas nesta direção³. Mas não foi bem sucedida, pois um novo grupo, de que Nóbrega da Cunha era o porta-voz, já se tornara suficientemente forte para impedi-lo, firmando posições de defesa da *escola única e da laicidade do ensino*.

A intervenção de Nóbrega da Cunha na assembléia desarticulou a resposta que vinha sendo preparada pelos organizadores da Conferência. O grupo de que foi, nela, o porta-voz⁴, não tinha, até então, suficiente poder na ABE. Interessava-lhe, por isso, evitar que a Conferência respondesse ao Governo, pois, se o fizesse, o faria nos termos das concepções defendidas por seus antagonistas. Convencer a assembléia de que, a despeito de seu Tema Geral – *As Grandes Diretrizes da Educação Popular* –, a Conferência não havia sido organizada de modo a poder dar ao Governo a resposta solicitada era peça de uma estratégia mais ampla que remetia a questão para a V Conferência. A recente eleição de Anísio Teixeira para a Diretoria da ABE dava ao grupo de Nóbrega da Cunha maior poder de influência na organização desta Conferência. Sua preparação, envolvendo o estabelecimento do

2. A Reconstrução Educacional no Brasil. Educação, órgão da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo, v. 6, jan./fev./mar. 1932.

3. Cf. a respeito, o relato de Nóbrega da Cunha. In: CUNHA, Nóbrega da. *Op. cit.*

4. Do grupo faziam parte alguns antigos integrantes da ABE, como Venâncio Filho, Edgar Sussekind de Mendonça e Armanda Álvaro Alberto e educadores como Anísio Teixeira que haviam acabado de ingressar na entidade.

temário, a composição dos grupos de discussão e a escolha dos relatores, vinha sendo competência dos órgãos diretores da ABE. Isto potencializava as chances de que o adiamento da discussão facilitasse a preparação de uma resposta ao Governo mais conforme às posições do grupo.

Antes de intervir na assembléia requerendo o adiamento da resposta solicitada pelo Governo, Nóbrega da Cunha havia levantado uma questão de ordem, propondo que apenas um orador pudesse manifestar a posição de todo um grupo de congressistas. O orador seria Fernando de Azevedo, que "proferiria um discurso, resumindo pontos de vista, aspirações, externando como que uma declaração de princípios de educação, desse grupo"⁵. Foi porque a Assembléia não acatou esta questão de ordem que Nóbrega da Cunha encaminhou o requerimento adiando a resposta.

Tudo indica que os pontos principais do *Manifesto* já estivessem acertados na IV Conferência e que fossem eles objeto da manifestação do orador reivindicada na *questão de ordem* de Nóbrega da Cunha. É certo que, ao terminar a IV Conferência, Fernando de Azevedo aceita a incumbência de redigir o *Manifesto*. Em carta de 24 de dezembro de 1931, Azevedo escreve ao aliado:

"Poderia eu aspirar a uma honra maior do que essa de merecer a confiança de um grupo obstinadamente idealista de professores e educadores de prestígio que, indo buscar o seu 'leader' no retiro de São Paulo, o chamam de novo à direção suprema dessa corrente avançada e lhe delegam poderes para os representar perante a imprensa, o governo e o povo, incumbindo-o de 'consubstanciar num manifesto todos os seus ideais e fixar, dessa maneira, o sentido fundamental da nova política brasileira de educação?'"⁶

A escolha de Fernando de Azevedo para redigir o *Manifesto* deveu-se principalmente à sua atuação como reformador escolar no Distrito Federal, nos últimos anos da década de 1920. A Reforma contara com a colaboração de diversos educadores cariocas⁷, então sediados na ABE, funcionando como um pólo aglutinador em torno de propostas de remodelação escolar.

Aceitar a incumbência de redigir o *Manifesto* era, da perspectiva de Azevedo, assumir a "suprema liderança da nova educação no Brasil". Isto significava colocar-se

5. CUNHA, Nóbrega da. *Op. cit.* p. 13.

6. *Idem, ibidem.* p.5.

7. Tinham forte presença na ABE e colaboraram com Fernando de Azevedo na Reforma, Francisco Venâncio Filho, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Vicente Licínio Cardoso e Everardo Backeuser. Os três primeiros serão signatários do *Manifesto*. Vicente Licínio suicida-se, em julho de 1931, decepcionado com os rumos que vinha tomando a Revolução de 1930 e, em especial, a ABE e a campanha civico-educacional. Backeuser converte-se ao catolicismo e será a principal liderança educacional católica na década de 1930.

no centro das disputas políticas que, após 1930, configuraram o campo do debate educacional. A importância estratégica do *Manifesto* era de antemão percebida:

"Esse documento servirá para estabelecer uma coesão ainda maior entre os elementos filiados à nova corrente educacional, e para dar novo prestígio e impulso novo ao mais belo e fecundo movimento de idéias, que já se operou no Brasil, nos domínios da educação. Ele refletirá o pensamento de todos nós e, ainda que redigido por uma só mão, é e deverá ser obra de todos que tiveram a iniciativa e a responsabilidade desse movimento ou nos honraram com a sua adesão e colaboração efetiva na grande campanha que se desenvolveu..."⁸

Lançado alguns meses depois da IV Conferência, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* será apresentado como a resposta política que ela se recusara a dar. Ganhava visibilidade e sistematização a defesa de um sistema único de ensino, público, leigo e gratuito. Os princípios firmados no *Manifesto* norteariam a discussão da Comissão dos 32 que, presidida por Fernando de Azevedo, fixaria, na V Conferência, as normas de estruturação do sistema educacional brasileiro defendidas pela ABE na Constituinte de 1934. Mas seu efeito mais imediato foi o êxodo dos católicos que, abandonando a ABE, reorganizaram-se na *Confederação Católica Brasileira de Educação*, num combate sem tréguas contra os princípios firmados no *Manifesto* e seus defensores.

A grande novidade do *Manifesto* foi seu impacto na redefinição do campo dos debates educacionais. O que, antes, na década de 1920, era convergência em torno da "causa cívico-educacional" explicita-se como confronto de posições: *escola única x escola dual; ensino público x ensino particular; ensino leigo x ensino religioso*. Mas o próprio nome dado ao *Manifesto* evidencia que, no âmago deste confronto, enraizava-se outro, no campo teórico/doutrinário da Pedagogia, alimentado pelas novas idéias pedagógicas que fervilhavam na Europa e nos Estados Unidos.

As expectativas que alimentavam a difusão do novo ideário pedagógico no período entre-guerras eram vagas, mas de grande apelo: aposta numa sociedade nova, moderna, que as "lições da guerra" faziam entrever como dependente de uma nova educação, redefinida em seus princípios e largamente baseada na ciência; temor da ascensão incontrolada das "massas" e conseqüente investimento em medidas de "racionalização" das relações sociais sob o modelo da fábrica; ênfase na escola e na expansão de seu raio de influência na sociedade, como recurso para contrapesar a força de "contágio" dos novos meios de comunicação, controlando o fluxo inédito de idéias e imagens postas em circulação através do cinema, do rádio e do impresso de escala industrial.

No Brasil dos anos vinte, a difusão das novas idéias pedagógicas não gerou divisões no movimento educacional. A partir de 1929, a encíclica *Divini Illius*

8. CUNHA, Nóbrega da. *Op. cit.* p.5-6.

Magistri altera radicalmente esta situação, impondo limites à heterodoxia pedagógica e regrido a sedução que o escolanovismo vinha exercendo nos meios católicos. O embate doutrinário no campo da Pedagogia torna-se estrategicamente central na disputa pelo controle da escola que se instala a partir de 1930, com a reorganização do Estado e a redefinição da correlação de forças políticas.

Na memória que se sedimentou sobre o movimento educacional dos anos vinte e trinta, o campo em que se antagonizaram *católicos e pioneiros* é redutoramente demarcado: de um lado estariam os signatários do *Manifesto*, compromissados com reformas do sistema escolar que concretizassem os ideais da *educação nova* e, do outro, os católicos, defendendo a *escola tradicional*.

Tal demarcação do campo pedagógico tem alguma pertinência, pois exhibe um dos pontos centrais do conflito: a polarização *moderno x tradicional*. Mas ela é insuficiente, sob dois pontos de vista. Em primeiro lugar, por elidir a zona de consenso na qual tal polarização se inscrevia: no limite, tratava-se de privilegiar mecanismos modernos ou tradicionais de controle social, no âmbito das expectativas depositadas na escola, largamente sedimentadas nos debates dos anos vinte. Em segundo lugar, por deixar sem registro a apropriação feita pelos católicos das novas idéias pedagógicas.

A militância educacional católica, ao contrário do que se tem feito acreditar, mobilizou-se na propaganda e difusão das novas pedagogias. O esforço que empreendeu de depurá-las de tudo o que pudesse contrariar os princípios fixados na encíclica *Divini Illius Magistri* não deve obscurecer o fato de que, ao fazê-lo, divulgou uma de suas versões.

Organizados, inicialmente, na *Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal* e, depois, na *Confederação Católica Brasileira de Educação*, os católicos lançaram boletins e revistas, promoveram Congressos, realizaram cursos e conferências e programaram edições, no propósito de reger a sedução exercida pelo escolanovismo sobre o professorado. Neste empreendimento tiveram, talvez, mais êxito do que comumente se supõe, atingindo não somente as práticas dos professores das escolas católicas, mas também as do professorado católico nas escolas públicas. As estratégias através das quais difundiram versões depuradas da nova pedagogia são o contraponto necessário para melhor aquilatar as práticas de seus oponentes, os *pioneiros da educação nova*.

É esta contraposição que conduz à constatação de uma diferença básica nas apropriações que fizeram do escolanovismo *católicos e pioneiros*: enquanto estes últimos atuaram no sentido de determinar o significado das expressões *educação nova* e *escola nova*, amarrando-o a um programa de reorganização da cultura e da sociedade que exigia iniciativas de reforma estrutural da escola e do sistema escolar, os católicos agiram em direção diversa, procurando confinar o uso da expressão ao campo doutrinário da Pedagogia.

O registro desta diferença é fundamental para o delineamento do perfil de Fernando de Azevedo como *pioneiro da educação nova*. A explicitação do

significado das expressões *educação nova* e *escola nova*, nos usos que delas fizeram *católicos* e *pioneiros*, em situação de litígio, pode permitir a redefinição do campo em que se antagonizaram, questionando-se a memória que se sedimentou sobre o movimento.

As estratégias católicas caracterizaram-se por operar a explicitação do significado do termo no campo teórico e doutrinário da Pedagogia, tendência manifesta, já, na preferência dada à expressão *pedagogia da escola nova*. Tal preferência era recurso ardiloso. No campo pedagógico, a questão dos fins educacionais era instanciada como fundamento de toda e qualquer discussão. Firmado o império da doutrina católica neste domínio, passava-se a julgar as novas pedagogias. Neste tribunal, aquelas que não contrariassem os princípios estabelecidos tinham seu estatuto disciplinar reconhecido e as que deles discrepavam eram rebaixadas como "má pedagogia". A encenação tinha dois alvos principais. Por um lado, construir um discurso escolanovista católico que ganhasse a adesão do professorado. Por outro, instanciar-se como autoridade tecnicamente competente para ajuizar as palavras e as obras dos seus adversários.

Propor uma *educação nova* era, ao contrário, para os *pioneiros*, programa de transformação da sociedade brasileira pela escola. Isto fazia com que a expressão designasse não somente um conjunto de métodos e preceitos pedagógicos, como queriam os católicos, mas, também, e principalmente, o conjunto de iniciativas que vinham tomando para a consecução deste programa, seja como reformadores, nos cargos técnicos e administrativos que ocuparam, seja como grupo aglutinado na ABE, seja, ainda, individualmente, tomando diversas iniciativas editoriais⁹. Desta forma, o significado da expressão estava atrelado às práticas através das quais tentaram viabilizar seus projetos de promoção, através da escola, do que era chamado de uma "nova civilização". Neste uso, a adjetivação "nova", aplicada a "educação", remetia à capacidade da "nova escola" de instaurar o "novo". Propor uma *nova educação para uma nova civilização*, funcionava como *slogan* que, além de condensar o programa de reforma da sociedade pela reforma da escola, plataforma dos pioneiros, era dispositivo utilizado para fortalecer o movimento educacional, demarcando o campo de ação da "campanha de renovação educacional".

Talvez tenha sido o discurso de Azevedo aquele que mais recorrentemente fez uso da expressão *Educação Nova* como estratégia de demarcação de posições. A oposição *novo* x *velho* é tópico recorrente no seu discurso, sendo mesmo utilizado para dar título a alguns de seus livros. Mas é preciso distinguir os usos feitos destes termos nos anos iniciais da década de 1930, em situação de militância no movimento, daqueles operacionalizados como memória desta militância. Naqueles, a função de demarcar nitidamente o campo de litígio, dando à expressão forte poder de

9. Refiro-me especialmente às coleções organizadas por Fernando de Azevedo na Companhia Editora Nacional e por Lourenço Filho, na Companhia Melhoramentos de São Paulo.

designação das iniciativas renovadoras de remodelação da escola e de reestruturação do sistema escolar é dominante. É que, naqueles anos turbulentos da primeira metade da década de 1930, liderar o movimento pela *Educação Nova* exigia posicionar-se nos debates em que se antagonizavam defensores e críticos da *nova educação*, intervindo na constituição mesma dos termos deste debate e demarcando os seus pontos de litígio. Já nos escritos mais tardios, como, por exemplo no relato que Azevedo constrói sobre o movimento em *A Cultura Brasileira*, o "novo" perde este poder de designação, de especificação de práticas concretas, para se propor como interpretante do ocorrido: uma espécie de marcha ascensional do "novo" é ali relatada, diferenças são apagadas, conflitos relativizados e fronteiras diluídas¹⁰.

Propor uma *nova educação para uma nova civilização* era invadir um território perigoso. O que o *slogan* põe em cena no debate pedagógico não são questões técnicas ou metodológicas, mas questões de fins. Atrelar a discussão destas questões aos valores de uma civilização em mudança, autonomizando-a não somente do referencial doutrinário católico, mas, mais radicalmente, do campo dos valores postuladamente universais das filosofias perenes, era desautorizar, pela base, quaisquer pretensões católicas no domínio pedagógico. Demarcava-se, assim, o território do confronto, contraditando-se o programa de preservação da tradição católica na conformação da sociedade brasileira.

É o Fernando de Azevedo redator de *Novos Caminhos e Novos Fins*¹¹ que é especialmente visado pela crítica católica. O livro é indexado como leitura perniciososa em tese apresentada pelo Pe. Helder Câmara no 1º Congresso Católico de Educação sobre os "excessos da pedagogia moderna"¹². Ele seria um divulgador nacional da idéia de "mudança perpétua" apropriada da obra de Kilpatrick – *Educação para uma Civilização em Mudança*¹³, livro cuja leitura é também, na mesma Tese, desaconselhada ao professorado católico.

Novos Caminhos e Novos Fins, livro de 1931 em que Fernando de Azevedo discorre sobre os princípios norteadores da reforma educacional que empreendera no Rio de Janeiro, causa grande impacto. Leonardo Van Acker, que sempre assumira posição contrária à adesão dos católicos ao escolanovismo, aponta o aparecimento do livro como um dos marcos da cisão no movimento educacional. Em 1936, numa espécie de veredito final sobre a campanha de renovação educacional, Van Acker aponta o livro como evidência de que tal cisão era necessária, dadas as diferenças, radicais, entre as "diretrizes sociais e educacionais" da prática de *católicos e pioneiros*:

10. Veja-se, a respeito, CARVALHO, Marta M.C.de. O novo, o velho e o perigoso: relendo a *A Cultura Brasileira*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 71, p. 29-36, nov./1989.
11. AZEVEDO, Fernando. *Novos Caminhos e Novos Fins*. São Paulo, Nacional, 1931.
12. CÂMARA, Pe. Helder. *Excessos da Pedagogia Moderna*. 1º Congresso Católico de Educação – *Anais*. Rio de Janeiro, Confederação Católica Brasileira de Educação, 1935.
13. KILPATRICK, William. *Educação para uma civilização em mudança*. São Paulo, Melhoramentos, s/d.

"A destituição de Anísio Teixeira, por ocasião do último levante comunista, às pessoas menos enfronhadas revelou o rumo seguido no Brasil pelo movimento chamado de educação nova ou nacional. Desde a reforma do ensino de Fernando de Azevedo, no Rio de Janeiro (1927-1930), sobretudo a partir do célebre *Manifesto* dos pioneiros da educação nova em 1932, sem falar na famigerada V Conferência nacional de educação que provocou repulsa em todo o país, tornou-se o tal movimento empresa cada vez mais 'intencional' e 'sistemática', - (são palavras de Fernando Azevedo) - de descristianização e bolchevização da infância e da mocidade nacional."

"Houve por certo, no princípio, colaborando nesse movimento, pessoas perfeitamente alheias ao socialismo educador, pessoas singelas e competentes, que, fiéis a suas convicções religiosas, queriam a educação integral do povo brasileiro, de acordo com o seu catolicismo congênito, as tradições nacionais e as exigências modernas. Nesse intuito, queriam tais pessoas aproveitar tudo quanto aproveitável fosse nos métodos da escola nova, porém, sempre em harmonia com o espírito católico e nacional."

"Só neste sentido é que aceitaram e continuam a defender a escola nova, educadores notórios pela competência e largueza de vistas, como Backheuser, Jonathas Serrano, D.Xavier de Mattos, etc."

"Mas, a colaboração do elemento católico só foi possível até que foram publicadas as 'diretrizes definidas' do movimento, formuladas por Fernando de Azevedo em 'Novos Caminhos e Novos Fins'(1931) e sobretudo no já citado *Manifesto*."

"Desde, então, dividiram-se as hostes: cindiu-se a A.B.E.; fundou-se a C.C.B.E. com diretrizes sociais e educacionais nitidamente distintas do 'socialismo educador cujo pai foi o liberalismo e cujo herdeiro legítimo será o bolchevismo' (Quadragesimo anno)"¹⁴.

A virulência de Van Acker não é episódica, mas, ao contrário, ressalvada a especificidade do estilo, ela realiza, ponto por ponto, a estratégia católica de ataque ao movimento de renovação educacional. Sua crítica não somente identifica, retrospectivamente, os principais adversários, como mobiliza a arma que foi definitiva na neutralização do movimento, nos anos que imediatamente antecederam a decretação do Estado Novo: o anticomunismo. A estratégia que aqui exemplifica foi eficaz, acuando os principais protagonistas do movimento, a ponto de incidir sobre a memória que eles mais tarde construiriam dele.

A partir da implantação do Estado Novo, as divergências, os antagonismos, os princípios mesmos que demarcavam o campo das disputas passarão a ser relativizados na memória que os pioneiros construirão de suas lutas. Este será o caso do relato de Fernando em *A Cultura Brasileira*¹⁵ que, confinando as posições defendidas na primeira metade da década na polarização *novo x velho*, descaracte-

14. VAN ACKER, Leonardo. Escola nova e comunismo. In: O Sr. Fernando de Azevedo, a sua sociologia aguda e do mais que lhe aconteceu... . São Paulo, edição do Centro D. Vital, 1936.

15. AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Inst. Bras. de Geografia e Estatística, 1943.

riza a disputa enquanto conflito político radicado no âmago mesmo dos debates educacionais. Como lá afirma Azevedo, “sacudidas e turvadas pelos choques e doutrinas extremadas”, as disputas pedagógicas teriam tido, na sua origem, e conservado, em todo o seu curso, a oposição “fato normal e constante em todas as sociedades, entre novos e velhos, entre tradicionalistas e renovadores (...)”¹⁶.

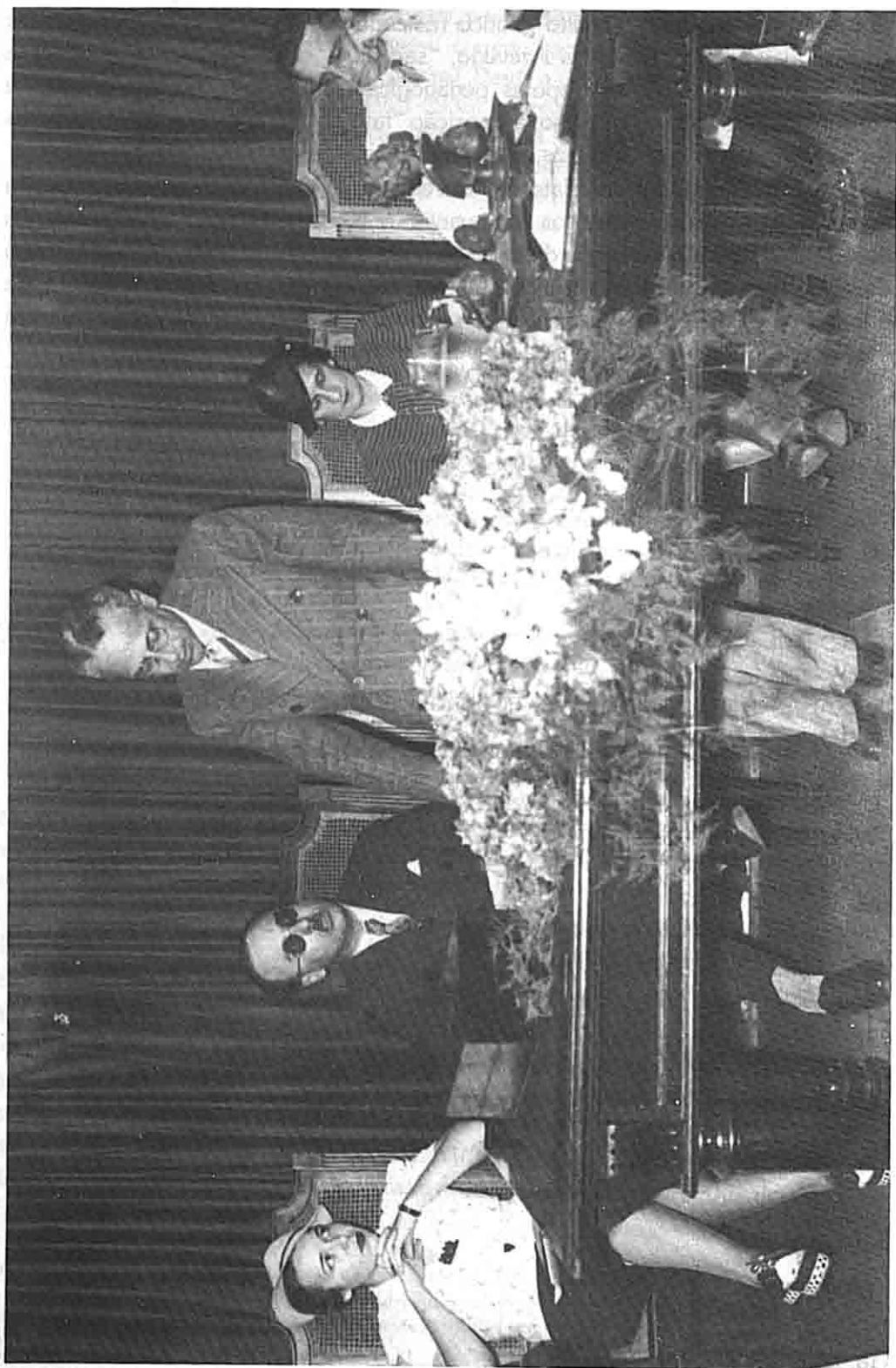
O tom conciliador do relato de Azevedo em *A Cultura Brasileira* contrasta com o dos discursos produzidos na situação de confronto da primeira metade da década de 1930. O que se perde, com ele, não é apenas, entretanto, a dimensão do conflito relatado. Muito mais do que isto, o que é escamoteado é a aposta, de que o *Manifesto* é o resíduo mais persistente, na capacidade de estruturar-se a escola, tendo-se como horizonte a construção de uma nova sociedade.

FERNANDO DE AZEVEDO, PIONEER OF NEW EDUCATION

ABSTRACT: This article's aim is to resettle Fernando de Azevedo's profile as Pioneer of New Education. It criticizes some usual representations that are established as a memory of the “movement of educational renovation” in Brazil, proposing to place Azevedo's pedagogical militancy of the 1930's in the field of confrontation of his allies – the educators whose place was Associação Brasileira de Educação – and their antagonists – the catholics, that were congregated in Confederação Católica Brasileira de Educação.

KEYWORDS: New education; New School; memory and historiography; religious education; secular education.

16. *Idem, ibidem*. p. 401.



Posse de Fernando de Azevedo como Presidente da Associação Brasileira de Educação. Da esq. para a dir.: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Fernando de Azevedo, Aracy Munhoz Freire, Lourenço Filho. Rio de Janeiro - DF, 17 dez. 1938.